

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

Edição nº 1805

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Boletins.....	2
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....	4
Boletins de Pessoal.....	4
Súmulas de contratos.....	5
Concursos Públicos.....	7

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	9
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 4356/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, resolve **RETIFICAR** a Portaria nº 4212/2015, para constar que a atribuição incluída nos cargos abaixo elencados é para atuar nos expedientes extrajudiciais da região de abrangência dos respectivos Foros Regionais e apenas até o ajuizamento da ação judicial ou medida cabível, bem como a participação nas audiências relacionadas a interdições, quando realizadas nos Foros Regionais (PR.00841.00079/2015-3 e PR.00841.00175/2015-9), e não como constou:

3º cargo da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre
3º cargo da Promotoria de Justiça Regional do Alto Petrópolis de Porto Alegre
4º cargo da Promotoria de Justiça Regional do Alto Petrópolis de Porto Alegre
3º cargo da Promotoria de Justiça Regional do Partenon de Porto Alegre
4º cargo da Promotoria de Justiça Regional do Partenon de Porto Alegre
3º cargo da Promotoria de Justiça Regional da Tristeza de Porto Alegre
4º cargo da Promotoria de Justiça Regional da Tristeza de Porto Alegre
3º cargo da Promotoria de Justiça Regional do 4º Distrito de Porto Alegre
2º cargo da Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de novembro de 2015.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral do Ministério Público.

BOLETIM N.º 592/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a Portaria n.º 2629/2015, que designou, em caráter excepcional e temporário, a contar de 1º de julho de 2015, o Dr. SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH como Diretor da Promotoria de Justiça de Taquari, até ulterior deliberação (Port. 4378/2015).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a Portaria n.º 2630/2015, que designou, em caráter excepcional e temporário, a contar de 1º de julho de 2015, o Dr. JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Taquari, até ulterior deliberação (Port. 4379/2015).

DESIGNAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 09 de dezembro de 2015, o Dr. FRANCISCO SALDANHA LAUENSTEIN, ID n.º 3390314, como Diretor da Promotoria de Justiça de Taquari, até 30 de junho de 2016, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 4380/2015).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 01 de dezembro de 2015, o Dr. CAMILO VARGAS SANTANA, ID n.º 3884767, como Diretor da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, até 30 de junho de 2016, ou remoção/promoção do designado



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1805

que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 4381/2015).

RENOVAR

- com base no parágrafo 2º do art. 129 da Constituição Federal e nos termos do Provimento n.º 11/2008, a autorização da Dra. CAMILA SANTOS DA CUNHA, ID n.º 3438554, Promotora de Justiça de Esteio, para residir na cidade de Porto Alegre/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00907.00055/2013-9). Esta portaria vigorará até 31 de dezembro de 2016, ou até a remoção/promoção que implique saída da comarca, ou até ulterior deliberação (Port. 4382/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 593/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 12/11/2015, LAURA LORENZON VEDOLIN, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 690, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 4303/2015).

- pelo período de 13 meses, a contar do dia 23/11/2015, GUILHERME STREIT CARRARO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 692, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 4371/2015).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 04/04/2015, TEILOR SANTANA DA SILVA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 693, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 4374/2015).

REVOGAR

- a contar do dia 24/11/2015, a Portaria nº 1255/2014, que designou LUÍS HENRIQUE PADILHA VILANDE, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 24/11/2015 (Port. 4304/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 642/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 01128.00053/2014, instaurado com o objetivo de averiguar a existência de alvará sanitário da empresa Centro de Ciências Cirúrgicas Avançadas S/A.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2015.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 643/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Joseane Cristina da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Canoas promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00739.00090/2013, instaurado com o objetivo apurar possível lesão à ordem urbanística em decorrência de insegurança e risco de acidentes agravado no cruzamento das vias Lajeado e Santos Dumont, no município de Canoas/RS, em razão de intenso movimento e da deficiência de controle de fluxo e sinalização.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2015.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 4418/2015

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, no uso de suas atribuições legais, decidi **Negar Provisão** ao Pedido de Reconsideração, interposto nos autos da Sindicância, **SPU.PR.01055.00205/2014-6**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 594/2015

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- a Portaria n.º 0055/2007, que designou o servidor MILTON ANTONIO DIEHL, Artífice - Marcenaria e Carpintaria, ID n.º 3435539, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Unidade, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 4334/2015).

- a Portaria n.º 0036/2013, que designou o servidor JOÃO CARLOS ORGUIM DA SILVA, Agente Administrativo, ID n.º 3447847, para exercer a Função Gratificada de Assessor Superior II, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 4336/2015).

- a contar de 27 de maio de 2015, a Portaria n.º 2354/2013, que designou a servidora ROCHELE PEREIRA CABRERA, Agente Administrativo, ID n.º 3447146, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Assessor Superior II, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular, Ana Paula Brauers (Port. 4341/2015).

- a contar de 24 de novembro de 2015, a Portaria n.º 3955/2015, que designou a servidora TATIANA ISABEL BACKES, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3446239, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4343/2015).

- a contar de 24 de novembro de 2015, a Portaria n.º 0123/2014, que designou a servidora SILVIA CHAGASTELLES SALOMÃO, Assistente de Promotoria de Justiça, classe "O", para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação

de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4347/2015).

- a contar de 30 de novembro de 2015, a Portaria n.º 3972/2015, que designou a servidora LISSANDRA COFFY CREMONTI WREGE, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3442233, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4349/2015).

- a contar de 30 de novembro de 2015, a Portaria n.º 3190/2014, que designou a servidora DENISE COELHO COSTA, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3444775, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4351/2015).

- a contar de 24 de novembro de 2015, a Portaria n.º 3825/2015, que designou o servidor MARCELO VIEIRA BARLETTE, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3438309, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador de Secretaria, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Franciene Clós Schilling (Port. 4353/2015).

- a Portaria n.º 2681/2012, que designou o servidor SÉRGIO VASCONCELOS GUEDES, Assessor – Bacharel em Administração, ID n.º 3441334, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Assessor Superior, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular, André Jacó Schnorrenberger (Port. 4372/2015).

- a contar de 30 de novembro de 2015, a Portaria n.º 1648/2013, que designou a servidora ALINE KUNZLER MAGNUS, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º 3366057, para exercer a Função Gratificada de Assessor Especial II, FG-05, deste órgão (Port. 4391/2015).

- a contar de 01 de dezembro de 2015, a Portaria n.º 0686/2015, que reduziu a carga horária da servidora ELIANE COELHO MISIUK SEHNEM, Agente Administrativo, ID n.º 3444686, para 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei n.º 7.253/79 (PR.00576.00195/2015-8 - Port. 4396/2015).

DESIGNAR

- o servidor MILTON ANTONIO DIEHL, Artífice - Marcenaria e Carpintaria, ID n.º 3435539, para exercer a Função Gratificada de Assessor Superior II, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 4335/2015).

- o servidor JOÃO CARLOS ORGUIM DA SILVA, Agente Administrativo, ID n.º 3447847, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Unidade, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 4337/2015).

- a contar de 27 de maio de 2015, a servidora ROCHELE PEREIRA CABRERA, Agente Administrativo, ID n.º 3447146,



para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Assessor Superior, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular, Ana Paula Brauers (Port. 4342/2015).

- a contar de 24 de novembro de 2015, a servidora TATIANA ISABEL BACKES, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3446239, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4344/2015).

- a contar de 24 de novembro de 2015, a servidora SILVIA CHAGASTELLES SALOMÃO, Assistente de Promotoria de Justiça, classe "O", para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4348/2015).

- a contar de 30 de novembro de 2015, a servidora LISSANDRA COFFY CREMONTI WREGGE, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3442233, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4350/2015).

- a contar de 30 de novembro de 2015, a servidora DENISE COELHO COSTA, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3444775, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4352/2015).

- a servidora CHRISTIANE GONÇALVES GUIMARÃES, Assessor – Bacharel em Administração, ID n.º 3450147, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Assessor Superior II, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular, Juliana Rodrigues Marques (Port. 4373/2015).

- a contar de 30 de novembro de 2015, a servidora ALINE KUNZLER MAGNUS, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3366057, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 4392/2015).

EXONERAR

- a contar de 24 de novembro de 2015, o servidor EDGAR ABRAHÃO PEREIRA, ID n.º 3417590, do Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 4345/2015).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 24 de novembro de 2015, EDGAR ABRAHÃO PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste

órgão (Port. 4346/2015).

NOMEAR

- KATRINE DA SILVA OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 4393/2015).

- BRUNNO MARCOS DE CONCINI RAMIREZ, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 4394/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR

PR.00001.00483/2013-8

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN**, ID n.º 3428028; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IVI7979, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PR.00711.00057/2013-1

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **JOAO CLAUDIO PIZZATO SIDOU**, ID n.º 3465934; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IVD3958, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de dezembro de 2015.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO N.º 1944-09.00/14-0 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2014

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, diante da inexecução parcial dos Contratos de Prestação de Serviços – AJDG n.ºs 88/14, 89/14 e 90/14, aplicar à empresa OI S/A multas compensatórias, forte no artigo 87 da Lei de Licitação e cláusulas décima terceira, item 13.2, letra "b", dos ajustes, no valor total de R\$ 1.548,40.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1805

SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N.º 1944-09.00/14-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2014

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, diante da inexecução parcial do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 87/14, aplicar à empresa BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, multa compensatória, forte no artigo 87 da Lei de Licitação e cláusula décima terceira, item 13.2, letra “b”, do ajuste, no valor de R\$ 466,67.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO. 31859

CONTRATADA: EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR LTDA; **OBJETO:** Renovação da assinatura anual do JORNAL CORREIO DO POVO para a Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Porto Alegre; **VALOR TOTAL:** R\$ 634,80; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 1º de dezembro de 2015, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO.31874

CONTRATADA: INSTITUTO GAÚCHO DE ENGENHARIA LEGAL E AVALIAÇÕES – IGEL; **OBJETO:** Inscrição do servidor Léo Jaime Zandonai, lotado na Unidade de Assessoramento Ambiental, no “Curso Básico de Engenharia de Avaliações – Metodologia Científica”, a ser realizado nos dias 07 a 09 de dezembro de 2015; **VALOR TOTAL:** R\$ 800,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 1º de dezembro de 2015, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 000084-09.00/14-7
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2014

CONTRATADA: ONDREPSB RS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.; **OBJETO:** reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de prestação de serviços gerais de vigilância uniformizada, armada e desarmada, nas sedes deste Ministério Público, para as CCTS n.º RS000498/2015, RS000575/2015, RS000683/2015, RS000917/2015, RS000722/2015 e RS001113/2015, a contar de 1º de fevereiro de 2015 e para a CCTS RS n.º 000716/2015, a contar de 1º de abril de 2015; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **AGENTE ADMINISTRATIVO** DO QUADRO DE PESSOAL
DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 375/2015

ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão do Concurso Público para o cargo de Agente Administrativo, Edital nº 353/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 11 de novembro de 2015, **RESOLVE**:

I. **DEFERIR** o requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição dos candidatos abaixo arrolados:

NOME	RG
CARLA MACHADO MARIANO	8026629769
CRISTIANO LUCENA PEREIRA	1089830523
DAFNE GOULART VASQUES	1115627489
DORIVAL ALVES FERNANDES	4121323929
EVANDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA JÚNIOR	2490326
FABIANE PEREZ	1077233921
FERNANDA FRAGA	8071037066
JAQUELINE VALIM DE LIMA	6030238932
JOSÉ MARIO CAMPELLO RAMOS	5979596
LIZETE CRISTINA CENCI	1086808456
RODRIGO SILVEIRA MACHADO	1026992683
ROMERSON SEIDEL GIBICOSKI	7056864437
SUELLEN LILIANE BRUM	7039653063
THYANO GOMES DE OLIVEIRA	2061838484

II. **INDEFERIR** o requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição dos candidatos abaixo arrolados, com base no Edital nº 353/2015:

NOME	RG/CPF	MOTIVO
ALEX SILVA LACERDA DE SOUSA	997953	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
CAMILA LAUDICÉIA DOS SANTOS RIBAS	5102520664	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
CÍNTIA DO NASCIMENTO MACHADO	85524905015	Não observou o disposto no item 2.3 do Capítulo VI, combinado com a alínea a.2 do item 5 do Capítulo V do Edital nº 353/2015.
CLENIR LUBINI	2023620749	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
EMMANUEL DE JESUS BISPO FERREIRA	3357439	Não observou o prazo estabelecido no item 2 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1805

FÁTIMA HELENA SILVEIRA FERNANDES	8026722457	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
FERNANDO ANDELMO KLEINÜBING	1265895007	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
FRANCÉLI SILVA DA ROSA	8077817271	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
IZABEL CRISTINA BOTELHO DOS SANTOS	5047112502	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015, uma vez que o exame apresentado não se constitui em laudo médico.
JOSÉ ABILIO SILVA DA SILVA	9031830699	Não observou o disposto no item 2.3 do Capítulo VI, combinado com a alínea a.2 do item 5 do Capítulo V do Edital nº 353/2015 e com o inciso IV do art. 4º do Decreto 3.298/99.
JULIANA BONASSA MACHADO	5096799531	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
LAIANA CARVALHO DOS SANTOS	2310872	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
MAGDALINI KNAK	3009806931	Não observou o disposto no item 2.3 do Capítulo VI, combinado com a alínea a.2 do item 5 do Capítulo V do Edital nº 353/2015 e com o inciso IV do art. 4º do Decreto 3.298/99.
MIRELE DIAS OURIVES	6101997176	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
PATRICIA RIZZARDI	4100193442	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
PAULO ANDREATTA	5031866022	Não atendeu ao item 1.1 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015, percebendo renda bruta mensal superior a um salário mínimo e meio nacional <i>per capita</i> familiar.
RITA LISIANE WROBLESKI SILVA	57709505015	Não atendeu ao item 1.1 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015, percebendo renda bruta mensal superior a um salário mínimo e meio nacional <i>per capita</i> familiar. Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
SIMONE UNGER DA SILVEIRA	1042907251	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
SOLANGE WILLINGHOEFER	4114384797	Não apresentou laudo médico previsto no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
TATIANE BOTELHO DOS SANTOS	7061865833	Laudo médico expedido fora do prazo estabelecido no item 2.3 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015.
THELES ELITA CARLSON	98002294240	Não atendeu ao item 1.1 do Capítulo VI do Edital nº 353/2015, percebendo renda bruta mensal superior a um salário mínimo e meio nacional <i>per capita</i> familiar.

III. **ABRIR PRAZO** de 3 (três) dias aos candidatos cujo requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição não foi deferido, para apresentação de recurso, nos seguintes termos:

- Local:** Unidade de Concursos – Rua General Andrade Neves, 106, 14º andar, Centro, Porto Alegre – RS.
- Datas e horários:** dias 03, 04 e 07/12/2015, das 09h00min às 16h00min.
- O recurso, acompanhado de documentação complementar - quando for o caso - deverá ser entregue pessoalmente pelo candidato ou por terceiro com procuração.
- O recurso interposto por procurador, com poderes e finalidade específicos, só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato (não necessitando autenticação em cartório) e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
- Não será aceito o recurso interposto fora do prazo determinado neste Edital, sendo considerada, para tanto, a data do protocolo.



f) O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, sendo entregue digitado ou datilografado em 2 (duas) vias (original e cópia), contendo: nome completo do candidato, CPF, as razões do recurso, com data e assinatura, acompanhado de eventuais documentos complementares.

IV. TORNAR PÚBLICO, ainda, a abertura de prazo de 3 (três) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de novembro de 2015.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Presidente da Comissão do Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 69/2015

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00815.00022/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo por Manoel Luiz Prates Guimarães - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo com a finalidade de Objeto: Irregularidades no funcionamento da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo e nas suas relações com a Secretaria Municipal de Saúde e na organização desta.

Investigados: Município de Novo Hamburgo, Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo, Suzana Ambros Pereira e Simone Zucolotto.

Local: Novo Hamburgo. Investigados: Fundação De Saúde Pública De Novo Hamburgo Fsnh, Município De Novo Hamburgo, Simone Zucolotto e Suzana Ambros Pereira. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00815.00023/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo por Manoel Luiz Prates Guimarães - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo com a finalidade de Objeto: Irregularidade na contratação da Fundação La Salle

Investigado: Município de Novo Hamburgo, Luis Laueremann, Rachel Tomasi de Melo e Fundação La Salle.

Local: Novo Hamburgo. Investigados: Fundação La Salle, Luis Laueremann, Município De Novo Hamburgo e Rachel Tomasi De Melo. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00824.00061/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas por Rodrigo Da Silva Brandalise - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas com a finalidade de objeto: apuração eventual ato improbidade administrativa contrato empreitada fornecimento material e mão de obra 02/2014 e seu aditivo, em Turuçu;

partes: interessado (vereador valisivio dos santos);

local: turuçu/RS Investigado não informado. Local do Fato: Pelotas.

IC 00889.00088/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De São José Do Ouro por Francisco Saldanha Lauenstein - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De São José Do Ouro com a finalidade de Denúncia de que familiares do Vereador Orli Carlos da Costa ocuparam e/ou ocupam o cargo de Assessor Jurídico na Câmara de Vereadores de São José do Ouro Investigado não informado. Local do Fato: São José Do Ouro.

IC 01232.00007/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul por Plínio Castanho Dutra - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul com a finalidade de apurar a ocorrência de ilicitudes nas contratações constantes no contrato de prestação de serviços n.º 018/2007 (Edital n.º 015/2007 - Modalidade Pregão).

investigado: Município de Eldorado do Sul

local: Eldorado do Sul.

IC 01232.00008/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul por Plínio Castanho Dutra - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul com a finalidade de apurar a ocorrência de ilicitudes nas contratações constantes no contrato de prestação de serviços n.º 078/2007 (Edital n.º 064/2007 - Modalidade Pregão).

investigado: Município de Eldorado do Sul

local: Eldorado do Sul.

IC 01232.00005/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul por Plínio Castanho Dutra - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul com a finalidade de apurar a ocorrência de ilicitudes nas contratações constantes no contrato de prestação de serviços n.º 49/2008 (Edital n.º 026/2008 - Modalidade Pregão).



investigado: Município de Eldorado do Sul

local: Eldorado do Sul.

IC 01232.00006/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul por Plínio Castanho Dutra - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul com a finalidade de apurar a ocorrência de ilicitudes nas contratações constantes no contrato de prestação de serviços n.º 126/2007 (Edital n.º 103/2007 - Modalidade Pregão).

investigado: Município de Eldorado do Sul

local: Eldorado do Sul.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00710.00009/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Agudo por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Agudo com a finalidade de OBJETO: apurar omissão do poder público municipal na manutenção do escoamento de água, ocasionando alagamentos em área residencial. LOCAL: Av. Tiradentes, em Paraíso do Sul/RS REPRESENTANTE: Adriana Herkert. INVESTIGADO: Município de Paraíso do Sul/RS.

IC 00748.00225/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de investigar Chácaras Residenciais Tropical I (área da Matrícula n.º 4.151 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Caxias do Sul) Loteamento Irregular ou Clandestino – Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia.

Investigado: Amg - Empreendimentos Imobiliários Ltda. Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00748.00226/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de investigar Chácaras Residenciais Tropical II (área da Matrícula n.º 8.217 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Caxias do Sul) Loteamento Irregular ou Clandestino Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia.

Investigado: Amg - Empreendimentos Imobiliários Ltda. Local do Fato: Caxias Do Sul.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00754.00058/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Cruz Alta por Tássia Bergmeyer Da Silveira Miranda - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Cruz Alta com a finalidade de apurar suposta

irregularidade quanto à autorização para construção de duas casas edificadas na pista de rolagem das Ruas Elpídio A. Silveira e Astrogildo Silva, bairro Brum II, nesta Cidade.

Investigado: Município De Cruz Alta. Local do Fato: Cruz Alta. IC 00794.00089/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Ijuí por Diolinda Kurre Hannusch - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Ijuí com a finalidade de OBJETO: apuração de eventual parcelamento irregular surgido a partir de doação imobiliária de área para abertura de via pública, referente à matrícula nº 46835 do CRI de Ijuí, situada no Bairro Thomé de Souza, na cidade de Ijuí/RS.

INVESTIGADOS: VALDIR NICOLETTI e MUNICÍPIO DE IJUÍ. Investigados: Município De Ijuí e Valdir Nicoletti. Local do Fato: Ijuí.

IC 00794.00088/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Ijuí por Diolinda Kurre Hannusch - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Ijuí com a finalidade de OBJETO: apuração de eventual parcelamento irregular surgido a partir de doação imobiliária de área para abertura de via pública, referente à matrícula nº 13144 do CRI de Ijuí, situada no Bairro Modelo, na cidade de Ijuí/RS. INVESTIGADOS: NELSON SCHMIDT, TEREZINHA FATIMA SCHMIDT e MUNICÍPIO DE IJUÍ Investigados: Município De Ijuí, Nelson Schmidt e Terezinha Fatima Schmidt. Local do Fato: Ijuí.

IC 00833.00093/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Meio Ambiente De Porto Alegre por Annelise Monteiro Steigleder - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Meio Ambiente De Porto Alegre com a finalidade de Averiguar a destinação dos materiais especificados de risco de bovinos e bubalinos, oriundos de matadouros, no Estado do Rio Grande do Sul Investigado não informado. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00852.00100/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de APURAR POSSÍVEL ILÍCITO PRATICADO PELO MUNICÍPIO COM A PODA DE ÁRVORES Investigado: Município Do Rio Grande. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00861.00057/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul por Maria Fernanda Cas-sol Moreira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul com a finalidade de Apurar a regularidade da empresa R BOCK ALIMENTOS ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.297.706/0001-09, com sede na Rua Paulo Stahl, nº 104, Bairro Avenida, em Santa Cruz do Sul Investigado não informado. Local do Fato: Santa Cruz Do Sul.

PI 00930.00061/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de REQUERENTE PARQUE ESTADUAL DE ITAPUÁ

REQUERIDO VINÍCIUS CARVENAL GONÇALVES. Investigado não informado. Local do Fato: Viamão.

IC 01223.00076/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santiago por Diego Prux - Promotor De



Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santiago com a finalidade de Dano ambiental decorrente da destruição de vegetação rasteira nativa típica da região (campo nativo), em área de 0,5 hectares, mediante o uso de fogo, bem como descarte irregular e queima de resíduos sólidos em área de preservação permanente (córrego) e barramento e construção de açude com área alagada de 0,22 hectares sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Capão da Batalha, Distrito de Carovi, interior do Município de Capão do Cipó. . Investigado: Mauro Da Silva Nicola. Local do Fato: Capão do Cipó.

IC 01336.00007/2015 instaurado na Rede Ambiental Sinos por Ricardo Schinestsck Rodrigues - Designação Excepcional - Ricardo Schinestsck Rodrigues com a finalidade de PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA DE COMBATE ÀS CHEIAS JÁ EXISTENTE, IMPLANTADO PELA UNIÃO, NOS MUNICÍPIOS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO.

Investigados: Novo Hamburgo e São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00726.00037/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Caçapava Do Sul por Júlia Fresteiro Barbosa Lang - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Caçapava Do Sul com a finalidade de apurar suposta cobrança irregular de procedimentos médicos realizados pelo SUS. Investigados: Fundação Santa Helena, Moacir Carvalho Blaas e Sérgio Luiz Goulart Nunes. Local do Fato: Santana da Boa Vista/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de Dezembro de 2015.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.